



I Representação Parlamentar I



Interpeleção | Agricultura | Zuraida Soares | Junho 2016

A Lavoura dos Açores vive, actualmente, uma crise sem precedentes.

Responsáveis políticos e associativos assumem que esta crise empurrou 60 a 70% das nossas explorações para a falência técnica. Números desta grandeza - que assolam o mais importante sector económico da Região - são por demais graves para não exigirem que, nesta Casa, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Casa da Democracia Açoriana, por excelência, este assunto seja debatido, com a seriedade e a genuína procura de soluções alternativas, que a situação exige.

Se a gravidade da situação exige, hoje, respostas rápidas, bem como a junção de esforços, no sentido de a minimizar, essas respostas têm que ser elaboradas, quer ao nível regional, quer ao nível nacional, mas também tendo em vista inverter o "deixa andar" da Comissão Europeia, primeira responsável desta crise.

E, nesse terreno, o Bloco de Esquerda não regateará esforços, juntamente com o Governo Regional e o Governo da República, nesse desiderato que tem de ser, que só pode ser conjunto.

A gravidade do problema exige, simultaneamente, um debate aberto e multifacetado, entre todos os diferentes protagonistas do sector - sem esquecer a nossa Universidade e outras instituições -, debate este que nos leve à compreensão das causas profundas deste problema, dele extraíndo ainda as necessárias lições para o futuro.

Como é evidente, não somos daqueles que idealizamos que é possível viver num mundo sem choques, contradições e até mesmo crises. Contudo, também estamos conscientes de que é possível evitar que estas crises atinjam dimensões de autêntica catástrofe, como aquela que, hoje, vivemos na fileira do Leite.

O regime de quotas leiteiras surgiu, na Europa, para responder às sucessivas crises de superprodução, responsáveis pelas montanhas de manteiga e de leite em pó, que eram constantes, nos finais dos anos 70 e princípios dos anos 80 do século passado.



I Representação Parlamentar I



Com esta regulamentação (ou regulação) iniciou-se um período de estabilidade, quer no sector, quer nos sectores subsequentes, permitindo o seu desenvolvimento, bem como a estabilidade dos produtores. Como é evidente, este processo não foi isento de percalços mas, o que se ganhou, foi infinitamente melhor do que o passado.

Cedo, as potências do mercado - quer países, quer grandes empresas, alicerçadas na política neoliberal - começaram, desde 1999, a pôr em causa a referida regulamentação, a qual, mesmo assim, resistiu até Abril de 2015.

É em 2003 que, pela primeira vez, fica em letra de forma, a confirmação do fim das quotas leiteiras e a sua consumação far-se-á em 2008, com a promessa da sua entrada em vigor, precisamente, a 1 de Abril de 2015.

A vitória do neoliberalismo sobre a regulação consumou-se, pois, também neste sector. O mercado que tudo resolve, o mercado em rédea solta, ganhou e os resultados estão, agora, à vista de todos.

Bem podiam forças como o Bloco de Esquerda protestar, alertar para os perigos desta (na altura) ameaça, que logo eram apelidadas de anti-europeias, retrógradas e que mais nomes houvesse.

Seria interessante que, hoje, PSD e PS viessem pedir desculpa aos produtores, por aquilo que andaram a defender em 1999 (com Capoulas Santos, do Governo de António Guterres), em 2003 (a primeira assinatura para o fim das quotas, com Sevinete Pinto, do Governo de Durão Barroso) e em 2008 (com Jaime Silva, do Governo de José Sócrates).

A argumentação aprimorada começou por uma (mais uma!) "evidente inevitabilidade"; passou para a afirmação de que Portugal "não tinha força negocial"; e terminou na falácia de que, afinal, seria bom, pois era "um desafio para vencer".

Ser bom aluno da Europa dos mercados, Senhoras e Senhores Deputados, traz-nos o amargo de boca que, hoje, experimentamos!



I Representação Parlamentar I



É certo que o embargo da Rússia, a desaceleração da economia chinesa e dos países emergentes (como Angola e Brasil) e mesmo a crise da Venezuela, fabricaram uma mistura explosiva, a tal "tempestade perfeita", como se diz na nossa Região.

Não duvidamos, mas também sabemos que, com a manutenção das quotas, os factores de amortecimento seriam muito maiores.

Tal como na República, o Governo dos Açores não ouviu os avisos e chamadas de atenção que foram surgindo de diversas áreas e quadrantes. Ao invés de conceber e de levar à prática uma política de precaução - apostando na diversificação e na valorização, por exemplo, como algumas referiu - o Governo dos Açores apostou no aumento de produção.

Ainda me lembro, em 2009, aquando de uma visita aos Açores do, então, eurodeputado Miguel Portas, ele lançar o alerta, afirmando que as instituições europeias estavam dominadas pelas ideias neoliberais, ao serviço dos grandes poderes do sector do leite e que os Açores fariam mal, se não se preparassem para o definitivo fim das quotas leiteiras, com tempo e estratégia.

Miguel Portas assumiu esta posição, perante o que lhe foi dado ver de incremento da produção leiteira, bem visível na Região.

Os sucessivos governos regionais, surfando a onda dominante carregada de subsídios, promoviam a produção, assumiam a compra de quotas ao exterior, fomentavam a importação de rações e forragens.

Nem política activa de emparcelamento, nem busca da qualidade em detrimento da quantidade, nem leite verde, nem leite biológico - como diversos sectores da nossa sociedade apontavam, nomeadamente, especialistas da Universidade dos Açores -, nada disso.

A palavra de ordem era - e ainda é? - "Produzir em quantidade e em força".

As vozes que se levantavam e levantam, dizendo que estamos a produzir de forma intensiva, praticamente, como no Continente, ou eram silenciadas, ou pregavam no deserto.



I Representação Parlamentar I



Um ponto alto desta política, passou-se neste Parlamento, quando, em Maio de 2013, um partido político (que não o Bloco de Esquerda), apresentou um Projecto de Resolução que recomendava a suspensão dos apoios à estabulação. PS e PSD uniram-se contra esta singela pretensão, mais do que ajustada à nossa realidade. Em 2013, já era mais do que claro (mesmo para os mais cépticos) que o fim das quotas era uma realidade.

Esta política seguida, nos Açores, permitiu que um administrador da Lactogal - empresa que, em Portugal, até pela sua liderança de mercado, tem responsabilidades na situação da fileira do leite - fizesse um ataque público ao logro que é a 'Marca Açores'.

Afirmou tal senhor que, nos Açores, se pratica uma cultura intensiva semelhante à do Continente e, ainda pior, porque importamos tudo para a alimentação do gado, com substanciais custos acrescidos.

Perante tal ataque público, a pergunta que fica, a um governo que está sempre a dizer que, em primeiro lugar, defende os Açores, só pode ser esta: - porque não reagiu a tal afronta? Porque ignorou tamanha calúnia? Ou será que o referido senhor tem razão e sabe do que fala?

Ora, é precisamente este o problema do Governo Regional: a desgovernança, a falta de estratégia, a incapacidade de antecipação, a recusa em construir alternativas, para este sector.

Não só não tratou, a tempo, de uma nova política para o sector, como, com a voracidade da quantidade, fomentou a intensificação da produção, à custa do negócio das rações, as quais, em grande parte, são produzidas, com base em produtos OGM's.

Que credibilidade pode ter a 'Marca Açores', nos mercados nacionais e internacionais, como produto verde, quando parte do leite produzido, na Região, para além de o ser em regime intensivo, é em parte OGM?



I Representação Parlamentar I



Esta irresponsabilidade, ditada pelo lucro imediato e por interesses económicos e políticos, permite a pôr em causa uma marca que se quer séria, diferenciada e de excelência.

Ironicamente, são os parceiros do passado, aqueles que agora ajudam a enterrar a nossa fileira do leite, denunciando práticas em que foram coniventes.

E ao Governo Regional não cabe, hoje, uma explicação, por todo este trajecto, que sempre foi conduzido pelo Partido Socialista, com o apoio próximo do PSD.

As razões desta crise e da sua dimensão não podem ser escamoteadas.

Em primeiro lugar, as políticas neoliberais contra a regulação, potenciadas pela Comissão Europeia e apoiadas, em Portugal, pelos Partidos do chamado "arco da governação" do passado recente. Em segundo lugar, as políticas dos sucessivos governos da República. Em terceiro lugar, as políticas dos sucessivos governos do PS, na Região, as quais não precaveram, nem o futuro, nem a sustentabilidade do sector, em troca do sucesso imediato e da influência política do momento.

Assim, cabe, hoje, perguntar: estão o PS e o PSD, capazes de assumirem, perante os/as Açorianos/as, não só os seus erros de cálculo mas, fundamentalmente e perante esta crise, a alteração de políticas neste sector, promovendo a qualidade, a diferenciação, a certificação, o verde, o biológico, a diminuição dos custos de produção, a competitividade e uma política comercial (agressiva, sim), mas assente em pressupostos sérios? Vamos, finalmente, direccionar os cerca de 100 milhões de euros, por ano, para a urgente reestruturação do sector? Ou vamos continuar a insistir em embustes para riqueza fácil mas de pouca duração? Ou vamos continuar a aproveitar tantos milhões de euros - seguramente, o último envelope tão recheado - para diferenciarmos (não o leite, nem os seus derivados), mas os produtores, os nossos lavradores, seriando-os em 'de primeira', 'de segunda' ou 'de terceira', conforme a capacidade económica que têm ou que a banca lhes cauciona?

Esta é a pergunta que vos deixo, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo. Sinceramente, não duvido que o saibam fazer, mas desconfio que o queiram fazer... Até quando será a esperança a última a morrer?